



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0001/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019
TIPO: MENOR PREÇO
Termo de Referência nº 001/2019

1. DO PREÂMBULO

1.1. O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 20ª REGIÃO/MT, autarquia federal inscrita no CNPJ sob o nº 00.809.350/0001-01, com sede na Rua Batista das Neves, nº 22, Ed. Comodoro, Sala 303/304, Centro Norte, Cuiabá-MT, CEP 78.005-190, neste ato representado por sua Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 010/2019, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, todas com suas devidas atualizações e ainda, nos termos das condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O Edital completo e o Termo de Referência nº 001/2019 e o encontram-se disponíveis em mídia eletrônica e poderão ser retirados na secretaria do CRESS 20ª Região/MT, localizada na Rua Batista das Neves, nº 22, Sala 303, Edifício Comodoro, em Cuiabá/MT, CEP 78.005-190, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, mediante apresentação de CD-ROM ou Pen-Drive, ou ainda, podendo solicitar o Edital, através do e-mail: cressmt@cressmt.org.br.

2. DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A sessão pública será realizada na sede do Conselho Regional de Serviço Social da 20ª Região/MT, localizada na Rua Batista das Neves, nº 22, Ed. Comodoro, Sala 303/304, Centro Norte, Cuiabá-MT, CEP 78.005-190, no dia 08 de julho de 2019, com início às 14h00m, horário de Brasília-DF.

2.2. A realização deste licitação será em ato público, promovida pela Comissão Permanente de Licitações, onde, da reunião, lavrar-se-á Ata, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Comissão, pelos proponentes e cidadãos presentes.

2.3. Somente poderão participar da sessão pública as empresas devidamente credenciadas conforme item 7 deste Edital.

3. DO OBJETO

3.1. Esta licitação destina-se a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços especializados (arquitetura) em elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para a nova sede do CRESS 20ª Região/MT, sediada na Rua Flamengo, nº 145, Jardim Guanabara em Cuiabá/MT, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência nº 001/2019-CRESS 20ª Região/MT, anexo I, deste Edital.

3.2. A licitação é composta por um único lote, conforme tabela constante no Termo de Referência nº 001/2019, anexo I deste Edital, devendo o proponente oferecer proposta

para todos os itens que o compõem, sagrando-se vencedor o proponente que ofertar o menor preço global.

3.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3.4. O preço máximo admitido para a presente contratação é de R\$ 47.500, (Quarenta e sete mil, e quinhentos reais). Propostas com valor superior ao máximo estabelecido serão desclassificadas.

3.5. A prestação dos serviços será contratada pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovados a critério da administração, pelo período necessário à conclusão dos serviços e integral atendimento das necessidades do CRESS 20ª Região, objeto desta licitação, até o limite legal.

3.6. A forma de prestação dos serviços, o prazo para início e conclusão dos serviços, os critérios de recebimento, aceitação e fiscalização dos serviços estão descritos no Termo de Referência nº 001/2019, anexo I deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria prevista no orçamento para o exercício de 2019, na rubrica orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.04.022.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do presente Pregão, a pessoa jurídica ou física, do ramo pertinente ao objeto deste licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus anexos e, estiver devidamente credenciada para participar da sessão pública.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

5.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

5.3.1. Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

5.3.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.4. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

5.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

5.6. Sob pena de desclassificação, os interessados em participar do presente Pregão, deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas **acompanhadas do original, as quais serão autenticadas pela Pregoeira.**

5.6.1 Só serão aceitas cópias legíveis.

5.6.2 Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.

5.6.3 O Pregoeiro reserva-se ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

5.7. A validade para os documentos apresentados será aquela constante de cada documento ou estabelecidos em lei.

5.7.1. Nos casos omissos, a Pregoeira considerará como prazo de validade aceitável o de 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

5.8. A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da licitada, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Pregoeira do disposto no art. 97 da Lei n. 8.666/93.

5.8.1. Fica a licitada obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditiva da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame.

5.9. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitado:

5.9.1. Estar ciente das condições da licitação;

5.9.2. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

5.9.3. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pelo Pregoeiro;

5.9.4. Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

5.10. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração firmada pelo representante legal da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o interessado, que não o fizer em até **02 (dois) dias úteis**¹ antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, sendo que as petições deverão ser protocolizadas, devidamente instruídas (razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem), junto ao Licitante, ou via e-mail, diretamente com a Comissão Permanente de Licitações.

6.1.1. A Pregoeira decidirá sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.2. Se a impugnação ao Edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada pela Administração, para a realização do certame.

6.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública.

¹ **Decreto nº 3.555/2000. Art. 12.** Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

6.4. Os pedidos de esclarecimento sobre o Edital e impugnações poderão ser feitos via e-mail: cressmt@cressmt.org.br, diretamente com a Comissão Permanente de Licitações.

6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

6.7. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

6.8. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá nas penalidades previstas no artigo 93, da Lei 8.666/93.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Cada licitado poderá nomear representante para atuar em seu nome nos atos desta licitação, mediante apresentação de Procuração por instrumento público ou particular ou carta-credencial, conferindo poderes ao representante para atuar em todas as fases deste procedimento licitatório, inclusive oferecer impugnações, oferecer lances, assinar atas, renunciar ou desistir de recursos e para todos os demais atos necessários. Caso seja titular da empresa, deverá portar documentos que comprove sua capacidade de representar a mesma.

7.1.1. Para fins de credenciamento serão aceitos os seguintes documentos:

- a) Cópia do RG ou documento equivalente do credenciado, devidamente autenticado ou acompanhado dos originais;
- b) Cópia do Contrato Social e alterações, ou estatuto social da empresa, devidamente autenticado ou acompanhado dos originais;
- c) Cópia do RG ou documento equivalente, dos sócios proprietários da empresa participante, devidamente autenticado ou acompanhado dos originais.

7.1.2. Os documentos inerentes ao credenciamento deverão ser entregues no ato de credenciamento e, obrigatoriamente, deverão ser apresentados fora dos envelopes nº 01 e 02.

7.1.3. Não será permitida a violação de envelope já entregue para retirada dos documentos e apresentação dos mesmos para o credenciamento.

7.2. A ausência de representação ou a incorreção de qualquer dos documentos referidos no item acima não inabilitará o licitado, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela mesma no transcurso do certame.

7.3. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de um licitado.

7.4. Caso o licitado encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar a Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, a qual deverá ser entregue diretamente à Comissão no início da sessão pública de realização desta licitação.

8. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

8.1. Declarada aberta a sessão pela Pregoeira, o representante da licitada entregará os dois Envelopes, **não transparentes e lacrados**, um contendo a proposta de preços e

outro os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a participação de novos licitados.

8.1.1 Não será recebido pela Pregoeira o envelope transparente, aberto ou que estiver com sinais de violação de seu lacre.

8.2. O envelope contendo a Proposta de Preços deverá trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**AO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 20ª REGIÃO /MT
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019
RUA BATISTA DAS NEVES, Nº 22, SALA 303, EDIFÍCIO COMODORO,
CUIABÁ/MT, CEP 78005-190
ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**

8.2. O envelope contendo os Documentos de Habilitação deverá trazer expresso, em seu exterior as seguintes informações:

**AO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 20ª REGIÃO /MT
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019
RUA BATISTA DAS NEVES, Nº 22, SALA 303, EDIFÍCIO COMODORO,
CUIABÁ/MT, CEP 78005-190
ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.3. Inicialmente, será aberto o Envelope das Propostas de Preços e, após, o Envelope dos Documentos de Habilitação.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A proposta (**ANEXO II - modelo de proposta**) deverá ser emitida em 01 (uma) via, impressa, em língua portuguesa, admitindo-se o emprego de idioma estrangeiro para expressões técnicas de uso corrente, desde que acompanhadas de sua tradução entre parênteses, suas folhas devem ser numeradas e rubricadas, observando a sequência dos anexos, sendo a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou mandatário), redigida com clareza, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado e, ainda, contendo:

9.1.1. Uma única cotação, contendo obrigatoriamente o **PREÇO UNITÁRIO E TOTAL** dos serviços, em moeda corrente nacional, bem como todas as especificações do serviço, para cada item, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (duas casas decimais após a vírgula) e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;

9.1.2. Folha de identificação da licitada, descrevendo: Razão Social, endereço completo, telefone/fax, número do CNPJ/MF, número da conta corrente, agência e respectivo banco, praça de pagamento e endereço eletrônico;

9.1.3. O Prazo de eficácia da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

9.1.4. Declaração de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem

como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

9.2. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

9.3. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste pregão ser fornecido, executado, sem ônus adicionais.

9.4. A não identificação na Proposta do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitada, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento.

9.5. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços divulgados no termo de referência em anexo, que estão de acordo com o praticado por esta administração, bem como pelo mercado, sob pena de desclassificação da proposta.

9.6. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitada, para os quais renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.7. A Pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

9.8. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.9. Em nenhuma hipótese a proposta poderá ser alterada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo, quanto quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais, ressalvadas aquelas referentes ao preço declarado por lance verbal ou às destinadas a sanar evidentes erros materiais devidamente avaliadas e justificadas à Pregoeira.

9.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas neste Edital, as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado, bem como as propostas classificadas em primeiro lugar que apresentarem valores superiores aos preços máximos fixados no Termo de Referência n. 001/2019.

10. DA SESSÃO DO PREGÃO E FASE DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio Presencial na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

10.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata.

10.3. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento)

superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora

10.4. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

10.5. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

10.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 10.5 e 10.6.

10.8. Dada a palavra à licitante, esta disporá de 03 (três) minutos para apresentar nova proposta.

10.9. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

10.9.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$100,00 (cem reais).

10.10. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital.

10.11. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

10.12. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente melhor classificada para que seja obtido preço melhor.

10.13. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.14. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

10.15. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

10.16. Serão desclassificadas as propostas que:

10.16.1. Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

10.16.2. Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

10.16.3. Afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 9;

10.16.4. Contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

10.17. Quaisquer inserções na proposta que visem à modificação, extinção ou criação de direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no

edital.

10.18. Por se tratar de licitação sem previsão de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. Procedendo à comparação entre os valores apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte participantes com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.18.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.18.5. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

10.18.6. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

10.18.6.1. Prestados por empresas brasileiras;

10.18.6.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.18.6.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.18.7. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

10.18.8. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá ofertar contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

11. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitada e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2. Os documentos de habilitação que deverão ser inseridos no envelope n. 02 e apresentados na sessão pública são os seguintes:

11.2.1. Declaração da proponente, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo (em função do disposto no art. 97);

11.2.2. Declaração da proponente, afirmando a veracidade dos documentos apresentados; a sujeição aos termos desta licitação e o cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

11.2.3. Declaração da proponente, de ausência de fatos impeditivos e de recebimento dos elementos do Edital.

11.2.4. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso);

11.2.5. Declaração de sujeição aos termos do Edital.

11.2.6. Declaração de vitória ou não vitória.

11.2.7. A proponente deverá utilizar os modelos anexos ao presente Edital.

11.3. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.3.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, cujo objetivo social especifique ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, acompanhado da última alteração contratual, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.3.5. No caso de sociedades civis, este documento deverá ser acompanhado de prova de diretoria em exercício;

11.3.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.3.8. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;

11.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.4.5. Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pela órgão competente;

11.4.6. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte observar-se-á:

11.4.6.1. As Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que estas estejam com alguma restrição.

11.4.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista², será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial

²**Art. 43. §1º.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. **Lei Complementar nº 123, de 2006. Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016, produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.**

corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4.6.3. O prazo para a regularização será contado a partir da divulgação do resultado da fase da habilitação, com a declaração provisória do vencedor.

11.4.6.4. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitada, mediante apresentação de justificativa.

11.4.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitadas remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.4.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal ou trabalhista não impede que a licitada qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou microempresário individual seja declarada vencedora, uma vez que atenda as todas as demais exigências do Edital.

11.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

11.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

11.5.3. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), através de demonstração contábil do último exercício social da licitante (IN 2/2010); As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação (Art. 31, §3º da Lei 8.666/1993 e IN 2/2010), sob pena de inabilitação;

11.5.4. Sociedade criada no exercício em curso poderá apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado e autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.5.5. Sob pena de inabilitação, o balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados por Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

11.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.6.1. Cópia de registro profissional no respectivo Conselho Profissional (Pessoa Jurídica ou Pessoa Física). Se for pessoa jurídica, a empresa deverá apresentar tanto a

certidão da pessoa jurídica quanto a certidão do profissional indicado para a execução dos serviços.

11.6.2. Apresentar 02 (dois) atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitada (pessoa jurídica ou pessoa física) executou serviços com características similares e compatíveis com o objeto desta licitação, nos termos descritos no Termo de Referência nº 001/2019, anexo I deste Edital.

11.6.2.1. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pela própria licitada ou por empresas do seu grupo econômico.

11.6.3. A pessoa jurídica deverá fazer prova de que possui em seu quadro de colaboradores, arquiteto ou design de interiores devidamente habilitado para executar o objeto desta demanda, o qual será o responsável técnico pela execução dos serviços. No caso de pessoa física, o próprio proponente será o responsável técnico pela execução dos serviços, ficando dispensado a comprovação.

11.7. DA VISTORIA:

11.7.1. O proponente poderá, a seu critério realizar ou não vistoria técnica no local onde deverão ser executado o objeto desta licitação devendo apresentar declaração, conforme modelo em anexo.

11.7.2. Para fins de vistoria o proponente deverá agendar junto à Comissão Permanente de Licitação pelo telefone (65) 3624-2095 das 12h00min às 18h00min, ficando estabelecido que as visitas ocorrerão sempre no período matutino.

12. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a fase de lances para os itens, a Pregoeira procederá à abertura do(s) envelope(s) contendo os documentos de habilitação da(s) licitada(s) que apresentou a melhor proposta, verificando sua regularidade.

12.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitada será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

12.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitado, e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF, se pessoa física, e com o endereço respectivo, salientando que:

12.3.1. Se a licitada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

12.3.2. Se a licitada for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.3.3. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.

12.4.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

12.5. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

12.6. A Pregoeira reserva-se ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

12.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa, incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo situações que ensejem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

12.9. Poderá a Pregoeira declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

12.10. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, a Pregoeira considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

12.11. Somente serão retidos os documentos do licitado vencedor, podendo a Administração reter os documentos dos demais quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recurso administrativo ou desde que estejam implicados na questão.

12.12. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento for público; reclusão de um a três anos, e multa, se o documento for particular; independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

12.13. Será considerada inabilitada a licitada que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir, estando também sujeita às penalidades legais.

12.14. Constituem motivos para inabilitação, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação, prevista neste edital:

12.14.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

12.14.2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

12.14.3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos.

12.15. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto atestado.

12.16. Caso a licitada classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o Pregoeiro examinará a habilitação das licitadas com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

12.17. Quando todas as licitadas forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá suspender a sessão e fixar às licitadas o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitada, conforme determina o art. 48, §3º da Lei 8.666/93, mantendo-se a classificação das propostas e lance verbais.

12.18. Da suspensão da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitadas, assinada pelos representantes presentes, pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio

13. DOS RECURSOS

13.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará aos licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante

13.2. Os recursos deverão ser interpostos, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro, devendo a licitada interessada indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata.

13.3. A Pregoeira indeferirá, de ofício, os recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata.

13.4. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, a licitada poderá juntar, no prazo de 03 (três) dias, contados do dia subsequente à realização do pregão, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida nos memoriais a extensão do recurso a atos não impugnados na sessão.

13.4.1. Quando houver necessidade de regularização fiscal e trabalhista de Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte que for declarada vencedora, o prazo para a apresentação das razões de recurso somente se iniciará ao fim do prazo para a regularização 11.4.6.2.

13.5. As demais licitadas, ficando intimadas desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo local e no mesmo lapso do subitem anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão implicará na decadência e preclusão desse direito da licitada, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

13.7. Preenchidas as condições da admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:

13.7.1. Pregoeira aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contrarrazões;

13.7.2. Encerrados os prazos acima, a Pregoeira analisará o recurso impetrado por escrito, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

13.8. O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo quanto à disputa.

13.9. Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

13.10. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.11. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitações, em dias úteis, no horário das 9h00 às 11h00 horas.

13.12. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio na Licitação, este adjudicará o objeto do Pregão Presencial e encaminhará o procedimento licitatório para homologação pela Presidência/Diretoria.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitado declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta adequada ao preço ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão.

14.3.1. Para fim de agilidade no processo, o licitado que assim o desejar poderá apresentar a nova proposta adequada imediatamente após o término da audiência pública do pregão. Basta que para isso o representante tenha consigo a proposta original em mídia adequada (CD-ROM, pen-drive, notebook, etc.). Nesse caso, o representante poderá readequar sua proposta, imprimir, assinar e entregá-la ao pregoeiro.

14.3.2. O Licitante, se possível e se for de seu interesse, cederá microcomputador e impressora para uso do representante que desejar fazer a adequação imediata da proposta.

14.4. No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar o Contrato, vindo a decair do direito à execução do objeto dessa licitação, o Licitante, poderá revogá-la, ou convocar os licitados remanescentes na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido contratada.

14.5. A homologação desta licitação não obriga o Licitante à contratação do objeto licitado.

14.6. Os envelopes não abertos ficarão à disposição das licitadas para retirada no Departamento de licitações, pelo período de **30 (trinta) dias úteis**, contados do encerramento da Licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, denegados os recursos interpostos), após o que o Licitante se reserva o direito de fragmentá-los.

15. DO CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, à critério da administração, pelo período necessário à conclusão dos serviços e integral atendimento das necessidades do CRESS 20ª Região/MT, objeto desta licitação, até o limite legal.

15.2. A adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para comparecer ao CRESS 20ª Região/MT, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o Instrumento Equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. O prazo para a assinatura no termo Contratual poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitada vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CRESS 20ª Região/MT.

15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante ao CRESS 20ª Região/MT para a assinatura do Termo de Contrato ou a do Instrumento Equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15.3.1. O prazo previsto no subitem anterior também poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário, durante o seu transcurso e desde que aceita pela Administração.

15.4. Caso a licitada vencedora não cumpra com as disposições acima impostas, o Pregoeiro poderá convocar outra licitada, obedecida a ordem de classificação para assinar o contrato ou instrumento equivalente, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DA EXECUÇÃO, DO PRAZO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. A forma de execução, o prazo para início da execução e para a conclusão dos serviços, os critérios de recebimento, aceitação do serviço e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela diretoria do CRESS/MT.

18.2. Após a conclusão de cada etapa estabelecida no Termo de Referência, o contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme disposições deste item. O faturamento dos serviços será de acordo com o valor estabelecido para cada etapa e será verificado através da conformidade apresentada pela fiscalização dos serviços.

18.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo designado pela fiscalização dos serviços, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. A Contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura de todos os serviços executados por meio impresso.

18.6. No documento de cobrança deverão ser destacadas, conforme legislação pertinente, as retenções tributárias, sendo que a Contratante efetuará o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais quando a legislação assim o exigir.

18.7. O atesto da nota fiscal será feito pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

18.8. O pagamento somente será efetuado após a certificação de conclusão e aceitação dos serviços executados e mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela diretoria do CRESS/MT.

18.9. Os pagamentos pelos serviços efetivamente prestados serão creditados em nome do Contratado, em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas nesta contratação. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

18.10. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

18.15. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.16. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003 e legislação municipal aplicável.

18.17. Havendo atrasos no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária calculada com base no IPC do IBGE, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (zero vírgula cinco, por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 5.540/2000, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1.** Apresentar documentação falsa;
- 19.1.2.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5.** Não mantiver a proposta;
- 19.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 19.1.7.** Falhar ou fraudar a execução do contrato;
- 19.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo; ou,
- 19.1.9.** Fizer declaração falsa.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante ou ao objeto da contratação;
- 19.3.2. Multa** de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa vencedora se recuse a assinar o Contrato/ARP ou, convidada a fazê-lo, não atenda no prazo fixado;
- 19.3.3. Multa** de 0,50 (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 19.3.4. Multa** de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 19.3.5.** Em caso de **inexecução parcial**, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 19.3.6.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.3.7. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;**
- 19.3.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.**

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419, do Código Civil.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada,

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999, podendo ser aplicadas isoladamente, ou em conjunto.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

19.8. Sem prejuízo das penalidades previstas no subitem anterior, o Pregoeiro poderá desqualificar a licitada ou desclassificar a proposta comercial, bem como a Contratante poderá rescindir o Contrato, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.

19.9. O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

19.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o CRESS 20ª Região/MT revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fatos supervenientes devidamente comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Pregoeira poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

20.2. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e pelos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante, caso tenha sido a vencedora, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.3. É facultado à Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.4. As proponentes convocadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

20.5. O não atendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante do certame, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

20.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no DOU.

20.8. A participação nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, ressalvado o direito recursal.

20.9. O foro para dirimir qualquer questão decorrente deste Edital é da Justiça Federal de Mato Grosso.

20.10. A Pregoeira e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 9h às 11h, de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos e feriados, no endereço do CRESS 20ª Região/MT, pelo fone (65) 3624-2095 ou e-mail cressmt@cressmt.org.br.

20.11. A documentação apresentada para fins de habilitação da proponente vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida.

20.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Pregoeira, nos termos da legislação pertinente.

20.13. Integram este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE, VERACIDADE, CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES LEGAIS, AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU NÃO VISTORIA.

Cuiabá, 25 de junho de 2019.

TATIANA LIMA DA COSTA REFOSCO
Conselheira Coordenadora da Comissão Permanente de Licitações

ANA PAULA FONSECA SOUZA E SILVA
Membro da Comissão Permanente de Licitações

INARA KOGA TAKAHARA
Membro da Comissão Permanente de Licitações

VERA LÚCIA DE FARIAS
Membro da Comissão Permanente de Licitações

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2019

Contratação de serviços técnicos especializados (arquitetura) em elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para a nova sede do CRESS 20ª REGIÃO/MT

1. OBJETO:

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados (arquitetura) em elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para a nova sede do CRESS 20ª Região/MT, situada na Rua do Flamengo, nº 145, Jardim Guanabara, Cuiabá-MT.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de elaboração de projetos para cada ambiente do imóvel onde será instalada a nova sede do CRESS/MT, de maneira a permitir a composição e adequação dos ambientes e também da fachada do imóvel, de forma mais integrativa e funcional atendendo as particularidades de cada ambiente/setor. Justifica-se ainda, em razão de que o CRESS/MT não possui em seu quadro de serviços, profissional com a capacitação requerida para a elaboração desses projetos.

3. DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. O profissional responsável pela execução dos serviços deverá comprovar sua formação técnica de graduado com apresentação do seu registro profissional no respectivo conselho fiscalizatório de profissão – Conselho Regional de Arquitetura.

3.2. O profissional responsável pela execução dos serviços deverá apresentar no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa de direito público ou privado, comprovando que o profissional já executou serviços com características similares e compatíveis com o objeto desta contratação.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Os serviços contratados serão cobertos pela rubrica 6.2.2.1.1.01.04.04.022

5. DAS NECESSIDADES DO CRESS:

5.1. Contratação de profissional para a elaboração de todos os projetos necessários para a adequação dos ambientes e da fachada do imóvel, com vistas a atender todas as necessidades definidas pelo CRESS/MT e também, daquelas que, em que pese não terem sido previstas, forem descobertas no curso da contratação. Como base norteadora, definiu-se as seguintes necessidades:

5.1.1. Elaboração de layout de arquitetura contendo mobiliário;

5.1.2. Elaboração de projeto luminotécnico dos ambientes;

5.1.3. Memorial descritivo de materiais;

5.1.4. Especificações das dimensões dos móveis e de mais elementos decorativos;

5.1.5. Escolha de materiais de acabamento, forro;

5.1.6. Revestimento das paredes (planta de cores);

5.1.7. Revestimento dos móveis;

5.1.8. Luminárias;

5.1.9. Bancadas/mesas, cadeiras e armários.

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Reuniões com a diretoria do CRESS/MT para definição dos parâmetros e diretrizes iniciais para a elaboração dos projetos;

6.2. Estudo preliminar com levantamento métrico da arquitetura existente bem como pontos elétricos, lógicos, hidráulicos e sanitários.

6.3. Elaboração da planta baixa humanizada com a proposta para adequação dos espaços;

6.4. Elaboração de detalhamento completo para perfeito entendimento e execução da obra contendo os seguintes projetos:

6.4.1. Layout dos ambientes com a proposta de ocupação e inserção de mobiliários demonstrando a melhor ocupação da sala considerando as particularidades apresentadas pela diretoria;

6.4.1.1. Revestimento de paredes;

6.4.1.2. O projeto deverá conter todas as especificações de revestimento e acabamento, como pisos, azulejos, revestimento de paredes (pintura, papel de parede, outros elementos decorativos), bem como outros elementos que se fizerem necessários.

6.4.1.3. Revestimento dos móveis;

6.4.2. Projeto de luminotécnico, contendo locação de tomadas, lâmpadas e interruptores, combinado com o estudo técnico de luminância de acordo com as particularidades de cada sala projetando e especificando as luminárias, os tipos de lâmpadas (cor e intensidade).

6.4.2.1. Luminotécnico contemplando luminárias, tomadas elétricas e de lógica;

6.4.3. Projeto do mobiliário contemplando modelos de bancadas/mesas, cadeiras e armários.

6.4.3.1. Detalhamento técnico de todos os móveis contendo: o modelo, a dimensão, acabamento e textura e acessórios, puxadores, entre outros sistemas de funcionamento;

6.4.4. Projeto decorativo para a composição de cada ambiente, interno e externo;

6.4.5. Memorial descritivo contendo todos os materiais, acabamento e elementos que compuserem os projetos com a descrição do elemento, quantidade e local de aplicação;

6.5. Todos os projetos deverão estar em conformidade com as respectivas NRs (Normas Regulamentadoras), principalmente a NR-17 que garante os parâmetros de boas condições de trabalho atendendo ao conceito de ergonomia nas adequações de ambientes de trabalho. No curso da execução dos serviços poderá haver necessidade de readequação dos projetos para melhor atender as necessidades do CRESS/MT.

6.6. Reuniões técnicas para discussão e aprovação do projeto;

6.7. Os projetos dependerão de aprovação da diretoria do CRESS/MT, que poderá a qualquer momento, opinar ou solicitar a retirada ou a inclusão de qualquer aspecto do projeto, respeitando sempre os apontamentos do profissional, com vistas a buscar a melhor adequação dos ambientes e da fachada do imóvel, as necessidades do CRESS/MT.

6.8. Vistorias técnicas na sede do CRESS/MT, para medição e ajustes das medidas técnicas e qualquer outras necessidades apresentadas tanto pelo profissional contratado, quanto pelo CRESS/MT, através de sua diretoria.

7. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

7.1. A prestação dos serviços será dividida em 05 etapas, compreendidas em:

- 7.1.1.** Layout dos ambientes;
- 7.1.2.** Projeto de luminotécnico;
- 7.1.3.** Projeto do mobiliário;
- 7.1.4.** Projeto decorativo e
- 7.1.5.** Memorial descritivo.

7.2. As etapas serão consideradas concluídas após a certificação por parte do membro representante da diretoria;

7.3. O CRESS/MT se reserva no direito de solicitar alterações, inclusões ou exclusões nos projetos, respeitando sempre os apontamentos do profissional contratado, com vistas a melhor adequação e atendimento das necessidades do CRESS/MT.

7.4. Todos os projetos apresentados serão submetidos à diretoria do CRESS/MT para a sua aprovação.

7.5. Caso a diretoria faça alguma solicitação de alteração no projeto, o contratado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a readequação do projeto, sem nenhum ônus para o contratante;

7.6. Caso o projeto seja aprovado pela diretoria, será emitida a certidão de aceitação do projeto e abertura do prazo para a conclusão da próxima etapa;

8. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Para a execução dos serviços, definiu-se os seguintes prazos:

- 8.1.1.** 20 (vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato, para a conclusão e entrega da **1ª etapa**;
- 8.1.2.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **2ª etapa**;
- 8.1.3.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **3ª etapa**;
- 8.1.4.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **4ª etapa**;
- 8.1.5.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **5ª etapa**.

8.2. Os prazos aqui definidos poderão sofrer ajustes durante a execução de uma etapa, seja por necessidade do CRESS/MT, seja por necessidade do profissional contratado,

que neste caso, deverá solicitar sua prorrogação por escrito;

8.3. Havendo necessidade de prorrogação do prazo, por parte do contratado, este deverá solicitar formalmente ao CRESS/MT e apresentar suas respectivas justificativas, que poderão ou não ser aceitas pela diretoria do CRESS/MT.

9. DA APROVAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

9.1. O profissional contratado deverá entregar os projetos nos prazos definidos no item anterior

9.2. Ao profissional será facultado comparecer ao imóvel quantas vezes forem necessárias devendo para tanto, solicitar as chaves ao CRESS/MT. O CRESS/MT poderá designar qualquer colaborador para acompanhar o profissional até a sede do CRESS/MT.

9.3. Todos os projetos dependerão de aprovação pela diretoria do CRESS/MT.

9.4. O CRESS/MT poderá solicitar alterações, inclusões ou exclusões no projeto, cabendo ao profissional fazer as adequações e submeter novamente o projeto para aprovação da diretoria do CRESS/MT.

9.5. Os serviços somente serão considerados aceitos, após a sua aprovação final, da qual será emitido a sua certificação.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela diretoria do CRESS/MT.

10.2. Após a conclusão de cada etapa estabelecida no Termo de Referência, o contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme disposições deste item. O faturamento dos serviços será de acordo com o valor estabelecido para cada etapa e será verificado através da conformidade apresentada pela fiscalização dos serviços.

10.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo designado pela fiscalização dos serviços, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. A Contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura de todos os serviços executados por meio impresso.

10.6. No documento de cobrança deverão ser destacadas, conforme legislação pertinente, as retenções tributárias, sendo que a Contratante efetuará o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais quando a legislação assim o exigir.

10.7. O atesto da nota fiscal será feito pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

10.8. O pagamento somente será efetuado após a certificação de conclusão e aceitação dos serviços executados e mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela diretoria do CRESS/MT.

10.9. Os pagamentos pelos serviços efetivamente prestados serão creditados em nome do Contratado, em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas nesta contratação. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

10.10. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

10.15. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.16. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003 e legislação municipal aplicável.

10.17. Havendo atrasos no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária calculada com base no IPC do IBGE, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (zero vírgula cinco, por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão recebidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização

do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no presente termo.

11.2. Para fins de verificação de sua conformidade também será levado em consideração os apontamentos e as definições feitas pela diretoria.

11.3. Para o acompanhamento e a fiscalização do contrato, também será designado um dos membros da diretoria do CRESS/MT.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O contrato de prestação de serviços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, cabendo uma única prorrogação, por igual período.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.3. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.1.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outros;

13.1.8. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CRESS/MT;

13.1.9. Acatar todas as orientações do CRESS/MT, emanadas pelo(a) responsável, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

13.1.10. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.11. Prover todos os meios necessários a garantir a plena operacionalidade do fornecimento inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

13.1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo relativos à execução do contrato ou em conexão com ele. O fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da contratante não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado;

13.1.13. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações em caso de acidentes de trabalho com seus empregados em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ela, ainda que ocorridos nas dependências da Contratante;

13.1.14. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto contratual, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

13.1.15. O contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, quando da formalização de contrato;

13.1.16. Apresentar a minuta do projeto elaborado, previamente à Contratante que deverá avaliar a minuta enviada e aprovar ou não o projeto apresentado, devendo no último caso, indicar soluções e/ou melhorias;

13.1.17. Quaisquer custos, despesas e investimentos para o deslocamento do profissional (contratado) às reuniões, entrevistas e eventos serão arcados pelo próprio Contratado, sem qualquer ônus à Contratante;

13.1.18. O profissional responsável pela execução dos serviços deverá comparecer aos locais designados sempre que solicitado pelo CRESS/MT;

13.1.19. Desenvolver os serviços em conformidade com todas as normas aplicáveis vigentes, de forma a atender os critérios mínimos de projeto, zelando sempre em atender as necessidades do contratante;

13.1.20. Entregar os projetos em arquivo 3d ou outro que melhor transpareça suas definições e possibilite a melhor compreensão por parte da diretoria;

13.1.21. Comunicar ao contratante qualquer irregularidade detectada;

13.1.22. Recolher as taxas referentes à prestação dos serviços;

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.3. Receber os serviços prestados, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando o seu recebimento;

- 14.4.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, os serviços recebidos, para fins de aceitação;
- 14.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 14.6.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidade no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 14.7.** Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor designado para esse fim;
- 14.8.** Pagar ao Contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.9.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
- 14.10.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.11.** Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto;
- 14.12.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado, qualquer solicitação de alteração e também sobre qualquer irregularidade na execução do objeto;
- 14.13.** Participar ativamente nas reuniões técnicas com o contrato;
- 14.14.** Analisar e aprovar os projetos apresentados, bem como solicitar alterações ou efetuar correções;
- 14.15.** Permitir o acesso do contratado no imóvel onde será executado os serviços.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS

- 15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal, ou não mantiver a proposta.
- 15.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 15.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;
 - 15.2.2.** Multa moratória de até 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 15.2.3.** Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 15.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

- 15.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 15.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 15.3.** A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 15.4.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.5.** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.
- 15.6.** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 15.7.** Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 15.7.1.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.7.2.** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.7.3.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.10.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.11.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Cuiabá, 11 de abril de 2019.



Tatiana Lima da Costa Refosco
Coord. Da Comissão de Licitações CRESS-MT

Rua Batista das Neves, 22 – Sala 303 – Edifício Comodoro - Cuiabá/MT
CEP: 78005-190 - Fone: (65) 3624-9313 / 3624-2095
fiscalizacao@cressmt.org.br www.cressmt.org.br
Horário de Atendimento 12:00 às 18:00 de segunda à sexta-feira

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (ARQUITETURA) EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES PARA A NOVA SEDE DO CRESS 20ª REGIÃO/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA XXXXXX.

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª REGIÃO/MT**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.809.350/0001-01, com sede situada na Rua Batista das Neves, 22 – Sala 303 – Edifício Comodoro - Cuiabá/MT, neste ato representada pelo(a) Ordenador(a) de Despesa, **Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim**, brasileira, casada, assistente social, inscrita no CPF sob o nº 777.641.101-91 e no CRESS-MT sob o nº 1711, residente e domiciliada na Rua C, nº 65, Ap. 1006, Torre 02, Garden Bosque da Saúde, Bairro Canjica, CEP 78050-322, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante designada **CONTRATADA**; tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 1122/2018 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Presencial nº 001/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados (arquitetura) em elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para a nova sede do CRESS 20ª Região/MT, situada na Rua do Flamengo, nº 145, Jardim Guanabara, Cuiabá-MT, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência nº 001/2019.

1.2. Este contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total de R\$ xx.xxx,xxx (xxxxxxxxxx), sendo R\$ xx.xxx, xxx(xxxx) pelo item I, R\$ xx.xxxx,xxx (xxxxx) pelo item XX.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. Contratação de profissional para a elaboração de todos os projetos necessários para a adequação dos ambientes e da fachada do imóvel, com vistas a atender todas as necessidades definidas pelo CRESS/MT e também, daquelas que, em que pese não

terem sido previstas, forem descobertas no curso da contratação. Como base norteadora, definiu-se as seguintes necessidades:

- 2.1.1. Elaboração de layout de arquitetura contendo mobiliário;
- 2.1.2. Elaboração de projeto luminotécnico dos ambientes;
- 2.1.3. Memorial descritivo de materiais;
- 2.1.4. Especificações das dimensões dos móveis e de mais elementos decorativos;
- 2.1.5. Escolha de materiais de acabamento, forro;
- 2.1.6. Revestimento das paredes (planta de cores);
- 2.1.7. Revestimento dos móveis;
- 2.1.8. Luminárias;
- 2.1.9. Bancadas/mesas, cadeiras e armários.
- 2.2. A prestação dos serviços compreende também:
 - 2.2.1. Reuniões com a diretoria do CRESS/MT para definição dos parâmetros e diretrizes iniciais para a elaboração dos projetos;
 - 2.2.2. Estudo preliminar com levantamento métrico da arquitetura existente bem como pontos elétricos, lógicos, hidráulicos e sanitários.
 - 2.2.3. Elaboração da planta baixa humanizada com a proposta para adequação dos espaços;
 - 2.2.4. Elaboração de detalhamento completo para perfeito entendimento e execução da obra contendo os seguintes projetos:
- 2.3. **Leiaute dos ambientes** com a proposta de ocupação e inserção de mobiliários demonstrando a melhor ocupação da sala considerando as particularidades apresentadas pela diretoria;
 - 2.3.1. Revestimento de paredes;
 - 2.3.2. O projeto deverá conter todas as especificações de revestimento e acabamento, como pisos, azulejos, revestimento de paredes (pintura, papel de parede, outros elementos decorativos), bem como outros elementos que se fizerem necessários.
 - 2.3.3. Revestimento dos móveis;
- 2.4. **Projeto de luminotécnico**, contendo locação de tomadas, lâmpadas e interruptores, combinado com o estudo técnico de luminância de acordo com as particularidades de cada sala projetando e especificando as luminárias, os tipos de lâmpadas (cor e intensidade).
 - 2.4.1. Luminotécnico contemplando luminárias, tomadas elétricas e de lógica;
- 2.5. **Projeto do mobiliário** contemplando modelos de bancadas/mesas, cadeiras e armários.
 - 2.5.1. Detalhamento técnico de todos os móveis contendo: o modelo, a dimensão, acabamento e textura e acessórios, puxadores, entre outros sistemas de funcionamento;
- 2.6. **Projeto decorativo** para a composição de cada ambiente, interno e externo;
- 2.7. **Memorial descritivo** contendo todos os materiais, acabamento e elementos que compuserem os projetos com a descrição do elemento, quantidade e local de aplicação;
- 2.8. No curso da execução dos serviços poderá haver necessidade de readequação dos projetos para melhor atender as necessidades do CRESS/MT.
- 2.9. Reuniões técnicas para discussão e aprovação do projeto;
- 2.10. Os projetos dependerão de aprovação da diretoria do CRESS/MT, que poderá a qualquer momento, opinar ou solicitar a retirada ou a inclusão de qualquer aspecto do projeto, respeitando sempre os apontamentos do profissional, com vistas a buscar a

melhor adequação dos ambientes e da fachada do imóvel, as necessidades do CRESS/MT.

2.11. Vistorias técnicas na sede do CRESS/MT, para medição e ajustes das medidas técnicas e qualquer outras necessidades apresentadas tanto pelo profissional contratado, quanto pelo CRESS/MT, através de sua diretoria.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

3.1. A prestação do serviços será dividida em 05 etapas, compreendidas em:

- 3.1.1.** Leitura dos ambientes;
- 3.1.2.** Projeto de luminotécnico;
- 3.1.3.** Projeto do mobiliário;
- 3.1.4.** Projeto decorativo e
- 3.1.5.** Memorial descritivo.

3.2. As etapas serão consideradas concluídas após a certificação por parte do membro representante da diretoria;

3.3. O CRESS/MT se reserva no direito de solicitar alterações, inclusões ou exclusões nos projetos, respeitando sempre os apontamentos do profissional contratado, com vistas a melhor adequação e atendimento das necessidades do CRESS/MT.

3.4. Todos os projetos apresentados serão submetidos à diretoria do CRESS/MT para a sua aprovação.

3.5. Caso a diretoria faça alguma solicitação de alteração no projeto, o contratado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a readequação do projeto, sem nenhum ônus para o contratante;

3.6. Caso o projeto seja aprovado pela diretoria, será emitido a certidão de aceitação do projeto e abertura do prazo para a conclusão da próxima etapa;

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Para a execução dos serviços, definiu-se os seguintes prazos:

- 4.1.1.** 20 (vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato, para a conclusão e entrega da 1ª etapa;
- 4.1.2.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da 2ª etapa;
- 4.1.3.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da 3ª etapa;
- 4.1.4.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da 4ª etapa;
- 4.1.5.** 15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da 5ª etapa.

4.2. Os prazos aqui definidos poderão sofrer ajustes durante a execução de uma etapa, seja por necessidade do CRESS/MT, seja por necessidade do profissional contratado, que neste caso, deverá solicitar sua prorrogação por escrito;

4.3. Havendo necessidade de prorrogação do prazo, por parte do contratado, este deverá solicitar formalmente ao CRESS/MT e apresentar suas respectivas justificativas, que poderão ou não ser aceitas pela diretoria do CRESS/MT.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA APROVAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

5.1. O profissional contratado deverá entregar os projetos nos prazos definidos no item

anterior

5.2. Ao profissional será facultado comparecer ao imóvel quantas vezes forem necessárias devendo para tanto, solicitar as chaves ao CRESS/MT. O CRESS/MT poderá designar qualquer colaborador para acompanhar o profissional até a sede do CRESS/MT.

5.3. Todos os projetos dependerão de aprovação pela diretoria do CRESS/MT.

5.4. O CRESS/MT poderá solicitar alterações, inclusões ou exclusões no projeto, cabendo ao profissional fazer as adequações e submeter novamente o projeto para aprovação da diretoria do CRESS/MT.

5.5. Os serviços somente serão considerados aceitos, após a sua aprovação final, da qual será emitido a sua certificação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O regime de execução do presente contrato é o regime de empreitada por preço global.

6.2. Os serviços serão recebidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no presente termo.

6.3. Para fins de verificação de sua conformidade também será levado em consideração os apontamentos e as definições feitas pela diretoria.

6.4. Para o acompanhamento e a fiscalização do contrato, será designado um dos membro da diretoria do CRESS/MT.

6.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

6.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado à critério da administração, pelo período necessário à conclusão dos serviços e integral atendimento das necessidades do CRESS 20ª Região, objeto desta licitação, até o limite legal.

Rua Batista das Neves, 22 – Sala 303 – Edifício Comodoro - Cuiabá/MT

CEP: 78005-190 - Fone: (65) 3624-9313 / 3624-2095

fiscalizacao@cressmt.org.br www.cressmt.org.br

Horário de Atendimento 12:00 às 18:00 de segunda à sexta-feira

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.3. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.1.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outros;

8.1.8. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CRESS/MT;

8.1.9. Acatar todas as orientações do CRESS/MT, emanadas pelo(a) responsável, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.1.10. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.11. Prover todos os meios necessários a garantir a plena operacionalidade do fornecimento inclusive nos casos de greve ou paralização de qualquer natureza;

8.1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo relativos à execução do contrato ou em conexão com ele. O fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da contratante não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado;

8.1.13. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações em caso de acidentes de trabalho com seus empregados em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ela, ainda que ocorridos nas dependências da Contratante;

8.1.14. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto contratual, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

8.1.15. O contratado ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, quando da formalização de contrato;

8.1.16. Apresentar a minuta do projeto elaborado, previamente à Contratante que deverá avaliar a minuta enviada e aprovar ou não o projeto apresentado, devendo no último caso, indicar soluções e/ou melhorias;

8.1.17. Quaisquer custos, despesas e investimentos para o deslocamento do profissional (contratado) às reuniões, entrevistas e eventos serão arcados pelo própria Contratado, sem qualquer ônus à Contratante;

8.1.18. O profissional responsável pela execução dos serviços deverá comparecer aos locais designados sempre que solicitado pelo CRESS/MT;

8.1.19. Desenvolver os serviços em conformidade com todas as normas aplicáveis vigentes, de forma a atender os critério mínimos de projeto, zelando sempre em atender as necessidade do contratante;

8.1.20. Entregar os projetos em arquivo 3d ou outro que melhor transpareça suas definições e possibilite a melhor compreensão por parte da diretoria;

8.1.21. Comunicar ao contratante qualquer irregularidade detectada;

8.1.22. Recolher as taxas referentes à prestação dos serviços;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Receber os serviços prestados, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando o seu recebimento;

9.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, os serviços recebidos, para fins de aceitação;

9.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

9.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidade no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.7. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor designado para esse fim;

9.8. Pagar ao Contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

9.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.11. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto;

9.12. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado, qualquer solicitação de alteração e também sobre qualquer irregularidade na execução do objeto;

9.13. Participar ativamente nas reuniões técnicas com o contrato;

9.14. Analisar e aprovar os projetos apresentados, bem como solicitar alterações ou efetuar correções;

9.15. Permitir o acesso do contratado no imóvel onde será executado os serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela diretoria do CRESS/MT.

10.2. Após a conclusão de cada etapa estabelecida no Termo de Referência, o contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme disposições deste item.

10.3. O faturamento dos serviços será de acordo com o valor estabelecido para cada etapa e será verificado através da conformidade apresentada pela fiscalização dos serviços.

10.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo designado pela fiscalização dos serviços, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. A Contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura de todos os serviços executados por meio impresso.

10.7. No documento de cobrança deverão ser destacadas, conforme legislação pertinente, as retenções tributárias, sendo que a Contratante efetuará o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais quando a legislação assim o exigir.

10.8. O atesto da nota fiscal será feito pelo responsável pelo acompanhamento e

fiscalização do contrato.

10.9. O pagamento somente será efetuado após a certificação de conclusão e aceitação dos serviços executados e mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela diretoria do CRESS/MT.

10.10. Os pagamentos pelos serviços efetivamente prestados serão creditados em nome do Contratado, em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas nesta contratação. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

10.11. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

10.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

10.16. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.17. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003 e legislação municipal aplicável.

10.18. Havendo atrasos no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária calculada com base no IPC do IBGE, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (zero vírgula cinco, por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência

da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal, ou não mantiver a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

11.2.2. Multa moratória de até 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

11.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

11.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

11.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.5. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

11.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

11.7. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.7.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.7.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES:

13.1. É vedado à Contratada:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios e normas gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:



17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, com sede em Cuiabá/MT.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Cuiabá-MT, xx de xxxxxxxx de 2019.

Conselho Regional de Serviço Social da 20ª Região/MT

CONTRATANTE

Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim

Presidente do CRESS 20ª Região/MT

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal



ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO

Nome do proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

Edital n. 001/2019 - Modalidade Pregão Presencial – Menor Preço

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade sob nº _____ e CPF sob nº _____, a participar do procedimento licitatório - Edital n. 001/2019 sob a modalidade Pregão Presencial, instaurado por esta autarquia. Na qualidade de representante da empresa _____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso e efetuar lances.

_____, em ____ de _____ de 2019.
(nome e assinatura do responsável da proponente)



**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE, VERACIDADE,
CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES LEGAIS, AUSÊNCIA DE
FATO IMPEDITIVO;**

Nome do proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

Edital n. 001/2019 - Modalidade Pregão Presencial – Menor Preço

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório - Edital nº 001/2019 sob a modalidade Pregão Presencial, instaurado por esta autarquia, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, declaramos ainda, que:

- Assume inteira responsabilidade pela veracidade dos documentos apresentados.
- Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, relativamente ao trabalho do menor, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2019.
(nome e assinatura do responsável da proponente)



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

Nome do proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

Edital n. 001/2019 - Modalidade Pregão Presencial – Menor Preço

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a empresa _____, CNPJ n.º _____, se enquadra na situação de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte prevista no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2019.
(nome e assinatura do responsável da proponente)



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL;

Nome do proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

Edital n. 001/2019 - Modalidade Pregão Presencial – Menor Preço

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a empresa _____, CNPJ n.º _____, aceita as condições do presente Edital, das disposições técnicas, da minuta contratual, bem como de sujeição às condições fixadas pelo **CRESS 20ª Região/MT** e tem o conhecimento de todos os projetos e da descrição dos serviços e que as informações fornecidas são satisfatórias e corretas para a execução dos serviços dentro do prazo previsto.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2019.
(nome e assinatura do responsável da proponente)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU NÃO VISTORIA.

Nome do proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

Edital n. 001/2019 - Modalidade Pregão Presencial – Menor Preço

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a empresa
_____, CNPJ n.º _____,

*efetuou a vistoria no local onde os serviços deverão ser prestados e que conhece todas as condições e características técnicas existentes no local objeto desta licitação e, no caso de ser declarada vencedora, tem totais condições de executar os serviços, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento e de dificuldades não previstas.

*que mesmo sendo facultado a oportunidade, não efetuou a vistoria no local onde os serviços deverão ser prestados e que conhece todas as condições e características técnicas existentes no local objeto desta licitação e, no caso de ser declarada vencedora, tem totais condições de executar os serviços, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento e de dificuldades não previstas

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2019.
(nome e assinatura do responsável da proponente)

ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA

Nome do proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

Edital n. 001/2019 - Modalidade Pregão Presencial – Menor Preço

Identificação do proponente

CNPJ/CPF

Razão social

Agência e nº da conta bancária para depósito da importância

Identificação formal do responsável pela assinatura do contrato.

CONDIÇÕES GERAIS

Declaramos conhecer todos os termos do instrumento convocatório que regem a presente licitação e que executaremos os serviços observando todas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, nesta proposta e no contrato a ser celebrado.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura da sessão pública.

PROPOSTA

OBJETO	VALOR
Elaboração de layout de arquitetura contendo mobiliário;	
Elaboração de projeto luminotécnico dos ambientes;	
Memorial descritivo de materiais;	
Especificações das dimensões dos móveis e de mais elementos decorativos;	
Escolha de materiais de acabamento, forro;	
Revestimento das paredes (planta de cores);	
Revestimento dos móveis;	
Luminárias;	
Bancadas/mesas, cadeiras e armários	
DO VALOR TOTAL:	R\$
R\$ XX.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxxx).	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	
A prestação dos serviços compreende: Reuniões com a diretoria do CRESS/MT para definição dos parâmetros e diretrizes iniciais para a elaboração dos projetos; Estudo preliminar com levantamento métrico da arquitetura existente bem como pontos elétricos, lógicos, hidráulicos e sanitários. Elaboração da planta baixa humanizada com a proposta para adequação dos espaços; Elaboração de detalhamento completo para perfeito entendimento e execução da obra contendo os seguintes projetos: Layout dos ambientes com a proposta de ocupação e inserção de mobiliários demonstrando a melhor ocupação da sala considerando as particularidades apresentadas pela diretoria;	

Rua Batista das Neves, 22 – Sala 303 – Edifício Comodoro - Cuiabá/MT

CEP: 78005-190 - Fone: (65) 3624-9313 / 3624-2095

fiscalizacao@cressmt.org.br www.cressmt.org.br

Horário de Atendimento 12:00 às 18:00 de segunda à sexta-feira

Revestimento de paredes;

O projeto deverá conter todas as especificações pde revestimento e acabamento, como pisos, azulejos, revestimento de paredes (pintura, papel de parede, outros elementos decorativos), bem como outros elementos que se fizerem necessários.

Revestimento dos móveis;

Projeto de luminotécnico, contendo locação de tomadas, lâmpadas e interruptores, combinado com o estudo técnico de luminância de acordo com as particularidades de cada sala projetando e especificando as luminárias, os tipos de lâmpadas (cor e intensidade).

Luminotécnico contemplando luminárias, tomadas elétricas e de lógica;

Projeto do mobiliário contemplando modelos de bancadas/mesas, cadeiras e armários. Detalhamento técnico de todos os móveis contendo: o modelo, a dimensão, acabamento e textura e acessórios, puxadores, entre outros sistemas de funcionamento;

Projeto decorativo para a composição de cada ambiente, interno e externo;

Memorial descritivo contendo todos os materiais, acabamento e elementos que compuserem os projetos com a descrição do elemento, quantidade e local de aplicação; No curso da execução dos serviços poderá haver necessidade de readequação dos projetos para melhor atender as necessidades do CRESS/MT.

Reuniões técnicas para discussão e aprovação do projeto;

Os projetos dependerão de aprovação da diretoria do CRESS/MT, que poderá a qualquer momento, opinar ou solicitar a retirada ou a inclusão de qualquer aspecto do projeto, respeitando sempre os apontamentos do profissional, com vistas a buscar a melhor adequação dos ambientes e da fachada do imóvel, as necessidades do CRESS/MT.

Vistorias técnicas na sede do CRESS/MT, para medição e ajustes das medidas técnicas e qualquer outras necessidades apresentadas tanto pelo profissional contratado, quanto pelo CRESS/MT, através de sua diretoria.

DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.2. A prestação do serviços será dividida em 05 etapas, compreendidas em:

17.2.1. Leiaute dos ambientes;

17.2.2. Projeto de luminotécnico;

17.2.3. Projeto do mobiliário;

17.2.4. Projeto decorativo e

17.2.5. Memorial descritivo.

As etapas serão consideradas concluídas após a certificação por parte do membro representante da diretoria;

O CRESS/MT se reserva no direito de solicitar alterações, inclusões ou exclusões nos projetos, respeitando sempre os apontamentos do profissional contratado, com vistas a melhor adequação e atendimento das necessidades do CRESS/MT.

Todos os projetos apresentados serão submetidos à diretoria do CRESS/MT para a sua aprovação.

Caso a diretoria faça alguma solicitação de alteração no projeto, o contratado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a readequação do projeto, sem nenhum ônus para o contratante;

Caso o projeto seja aprovado pela diretoria, será emitido a certidão de aceitação do projeto e abertura do prazo para a conclusão da próxima etapa.

DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a execução dos serviços, definiu-se os seguintes prazos:

20 (vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato, para a conclusão e entrega da **1ª etapa**;

15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **2ª etapa**;

15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **3ª etapa**;

15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **4ª etapa**;

15 (quinze) dias, a contar da conclusão da etapa anterior, para a conclusão e entrega da **5ª etapa**.

Os prazos aqui definidos poderão sofrer ajustes durante a execução de uma etapa, seja por necessidade do CRESS/MT, seja por necessidade do profissional contratado, que neste caso, deverá solicitar sua prorrogação por escrito;

Havendo necessidade de prorrogação do prazo, por parte do contratado, este deverá solicitar formalmente ao CRESS/MT e apresentar suas respectivas justificativas, que poderão ou não ser aceitas pela diretoria do CRESS/MT.

O profissional contratado deverá entregar os projetos nos prazos definidos no item anterior

Ao profissional será facultado comparecer ao imóvel quantas vezes forem necessárias devendo para tanto, solicitar as chaves ao CRESS/MT. O CRESS/MT poderá designar qualquer colaborador para acompanhar o profissional até a sede do CRESS/MT.

Todos os projetos dependerão de aprovação pela diretoria do CRESS/MT.

O CRESS/MT poderá solicitar alterações, inclusões ou exclusões no projeto, cabendo ao profissional fazer as adequações e submeter novamente o projeto para aprovação da diretoria do CRESS/MT.

Os serviços somente serão considerados aceitos, após a sua aprovação final, da qual será emitido a sua certificação

Objeto: Elaboração de projeto de interiores para a sede do CRESS 20ª Região/MT.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Edital e Anexos.

Declaramos, para todos os fins, que a execução dos serviços se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido no Edital e Anexos.

_____/____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(REPRESENTANTE LEGAL)